

Relatório Final

Consulta aos Cidadãos No primeiro ano do XXI governo

Autoria:

Marina Costa Lobo*

Daniel Carolo**

Luis Mah**

José Santana Pereira*

Edalina Sanches*

***Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa**

**** ISEG-Universidade de Lisboa**

Lisboa, 26 de Novembro de 2016

Índice

1. Sumário Executivo	3
2. Objectivos	4
3. Metodologia	5
4. Descrição dos <i>Grupos de deliberação</i>	9
- Situação Económica	
- Emprego	
- Estado Providência	
- Cidadania num Mundo Global	
5. Resultado Final: Elenco das Perguntas Colocadas ao Primeiro-ministro no Final do Primeiro Ano de Governação.	23
6. Conclusões	25
7. Bibliografia	27

1. Sumário Executivo

A Consulta aos Cidadãos é um exercício inédito realizado no âmbito do Observatório da Qualidade da Democracia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O seu objectivo é realizar uma auscultação a cidadãos portugueses por ocasião do primeiro ano de mandato do XXI governo, com vista à colocação de questões ao Primeiro-ministro e ao governo sobre o primeiro ano de governação.

Para esse efeito foi seleccionada uma amostra de 59 portugueses que no seu conjunto são tendencialmente representativos da população portuguesa do ponto de vista sócio-demográfico de acordo com os seguintes critérios: género, idade, local de residência e classe social.

O processo de deliberação centrou-se em quatro eixos de discussão, a saber: a situação económica; o emprego; o estado-providência; e a cidadania num mundo global, escolhidos por serem sistematicamente referidos pelos portugueses em inquéritos à opinião pública como sendo as questões que mais os preocupam. Ao todo foram seleccionadas 16 perguntas para colocar ao Primeiro-ministro, sobre os seguintes temas: as dívidas da Banca, a redução da despesa pública, a estratégia industrial do governo; a descentralização de poderes para os municípios; os falsos recibos verdes; o desemprego na população acima dos quarenta anos; as qualificações e a empregabilidade, as 35 horas na função pública, a qualidade do sistema nacional de saúde, a sustentabilidade das pensões; o paradigma do ensino e a não adequação das qualificações ao mercado de trabalho; o abono de família; a abstenção; a desconfiança em relação ao sistema político; Portugal depois do Brexit; e o papel de Portugal no mundo.

No processo de deliberação foi notória a vontade dos cidadãos de serem ouvidos e comunicarem as dificuldades do dia-a-dia. Essas dificuldades centram-se em primeiro lugar no funcionamento do mercado de trabalho. Em segundo lugar, passam pela relação com o Estado Providência, relação essa que tem duas vertentes: por um lado a forma e a qualidade dos serviços prestados, por outro o Estado enquanto empregador, que remete mais uma vez para a questão da situação laboral dos portugueses. Por sua vez, os temas sobre a relação entre cidadãos e política também suscitaram um vivo debate, havendo uma crença generalizada de que o interesse dos políticos pelos cidadãos é baixo ou nulo. A imagem dos políticos também não se revela muito positiva, sendo a falta de confiança na política notória. Discutir os temas económicos mais agregados da economia como a dívida pública ou o crescimento económico revelou-se

mais difícil, sendo mais apelativo discutir temas mais microeconómicos como políticas de emprego ou sociais.

O encontro entre o Primeiro-ministro e governo com os cidadãos decorreu pelas 16 horas do dia 26 de Novembro na Reitoria da Universidade de Lisboa. Os Ministros que mais responderam a perguntas, além do Primeiro-ministro, foram os detentores das pastas sociais, nomeadamente o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministro da Educação. Essa talvez seja a principal conclusão dos trabalhos: a comunicação social e o país político tratam as questões económicas sobretudo de uma perspectiva macroeconómica, porventura até por boas razões que têm que ver com objectivos orçamentais e constrangimentos externos. No entanto, os cidadãos percebem a situação económica sobretudo do ponto de vista do seu dia a dia. Preferem que se discutam políticas de emprego e sociais com mais assiduidade, políticas essas que conduzam a melhorias no nível de vida, visto serem os temas desta natureza aqueles que mais os preocupam.

A Consulta aos Cidadãos, enquanto momento de diálogo entre eleitorado e políticos, constituiu um exercício de cidadania positivo. Por um lado porque fornece importantes pistas sobre como recentrar o debate político nos temas que interessam realmente aos cidadãos. Por outro lado porque o entusiasmo dos participantes tanto no processo de deliberação como no diálogo com o governo significam que estas e outras iniciativas similares podem contribuir para aproximar os cidadãos da esfera política.

2. Objectivos

Vários estudos publicados nos últimos anos têm dado conta de um panorama preocupante da relação do eleitorado português com a política (Cabral, 2001, Freire et. al. 2004, Lobo, 2013). O quadro que emerge é o de uma cidadania política fraca em que os portugueses se empenham pouco e se sentem pouco recompensados.

É no contexto de estudos anteriormente desenvolvidos que esta Consulta aos Cidadãos se insere. Sabendo desse contexto de uma cidadania política pouco activa, urge encontrar mecanismos que possam reaproximar os cidadãos da política.

Assim, preparou-se uma auscultação de uma amostra tendencialmente representativa de cidadãos portugueses, com vista à formulação de questões sobre o primeiro ano do XXI governo constitucional. Essas questões foram colocadas ao Primeiro-ministro António Costa no dia em que o XXI governo Constitucional cumpriu um ano de mandato.

3. Metodologia

A metodologia aqui apresentada inclui a seleção da amostra, a definição dos eixos de discussão para os grupos de deliberação, bem como a metodologia dos grupos de deliberação propriamente ditos. Os critérios para a seleção da amostra foram determinados pela equipa científica, tendo a empresa de sondagens GfK ficado encarregue do recrutamento dos participantes.

Tendo em conta uma amostra de 59 indivíduos, estabeleceram-se os critérios sociodemográficos que a estruturam, nomeadamente género, idade, local de residência e classe social. A amostra final teve as seguintes características:

Regiões	Amostra	%
Litoral	19	32%
Gr. Porto	7	12%
Interior	10	17%
Gr. Lisboa	16	27%
Sul	7	12%
TOTAL	59	100%
Género	Amostra	%
Masculino	26	44%
Feminino	33	56%
TOTAL	59	100%
Faixa Etária	Amostra	%
18-24	6	10%
25-44	21	36%
45-64	20	34%
65 +	12	20%
TOTAL	59	100%
Classe Social	Amostra	%
A	6	10%
B	11	19%
C	16	27%
D+E	26	44%
TOTAL	59	100%

Não foram estabelecidos quaisquer critérios ideológicos ou políticos para constituir a amostra. A representatividade a nível sócio-demográfico encarregar-se-ia de garantir a diversidade política que caracteriza a sociedade portuguesa. Além disso, importa salientar que a equipa coordenadora deste exercício de cidadania nunca tinha conhecido qualquer dos participantes do estudo previamente.

Seleção dos Eixos de Discussão

Em termos dos eixos de discussão selecionados para preparar as perguntas a colocar ao Governo, houve uma escolha tendo em conta as respostas dos portugueses nos sucessivos inquéritos dos Eurobarómetros. Estes inquéritos à opinião pública são realizados regularmente na União Europeia, e colocam aos Europeus um conjunto de questões para aferir as suas atitudes políticas. Nelas incluem-se perguntas que procuram medir os sentimentos de pertença à UE, a confiança nos governos e na UE, as percepções sobre a situação do país e da Europa, as principais preocupações em relação ao próprio país e à Europa; as percepções sobre políticas concretas da UE, tal como o Euro; a satisfação com o processo de integração europeia, e o rumo do próprio país, entre muitos outros assuntos. Tendo em conta que a equipa portuguesa que elabora os relatórios Eurobarómetro para Portugal integra a coordenadora deste estudo, bem como o José Santana Pereira, também co-autor deste estudo, a equipa conhece a fundo os dados da opinião pública em Portugal sobre estes temas.

Verifica-se que em Portugal, o tema do desemprego aparece sistematicamente e recorrentemente como os principais problemas que o país enfrenta. Os últimos dados disponíveis, recolhidos no Standard Eurobarometer de 2015,¹ mostram isso mesmo (e são corroborados por estudos anteriores, revelando uma grande continuidade longitudinal). À pergunta “Quais são os dois principais problemas que Portugal enfrenta neste momento?”, 62% dos portugueses respondem que é o desemprego. Esta preocupação é de facto maioritária entre os cidadãos. Seguem-se a situação económica (35%) e a dívida pública (22%). Além disso, os portugueses preocupam-se com a inflação/custo de vida (19%), e a saúde e segurança social (12%). Portugal está entre os

¹ Standard Eurobarometer First Results- English, EB84, página 20. Acessível em

doze países que consideram o desemprego o maior problema do país, juntamente com o Chipre, Grécia, Espanha e França, sendo que outros países, (tais como a Alemanha, Malta, Dinamarca, Países Baixos, e Suécia) veem na imigração o principal problema.

Além destas questões, sucessivos inquéritos Eurobarómetro têm evidenciado a desconfiança que os cidadãos têm em relação à política. Portugal é aliás um dos países onde a desconfiança em relação ao Governo é maior. Por exemplo, segundo o Eurobarómetro no.83, em 2015, 76% dos portugueses afirmava não confiar no governo (63% média da UE), e 72% não confiava no Parlamento (62% média da UE)². Dados estes níveis de (des)confiança dos cidadãos em relação à política foi considerado que além dos eixos relativos à economia, seria importante constituir um grupo para reflectir sobre a natureza da relação entre cidadãos e política.

Tendo em conta a natureza do próprio exercício de diálogo entre cidadãos e políticos e consideradas todas as potencialidades bem como os constrangimentos do exercício proposto, foram seleccionados os seguintes eixos de discussão para orientar a deliberação a decorrer em cada um dos grupos de deliberação:

- Situação Económica
- Emprego
- Estado Providência
- Cidadania num Mundo Global

A Organização dos Grupos de Deliberação

Dada a amostra seleccionada e os eixos de discussão identificados, foram constituídos quatro grupos que reproduziam, na medida do possível, a composição sócio-demográfica da amostra principal, para que houvesse diversidade de pontos de vista na discussão de cada um dos temas. Os eixos de discussão, explicados acima, que iriam orientar a deliberação em cada um dos grupos de discussão foram atribuídos aleatoriamente a cada um destes grupos. À chegada, cada participante foi colocado num dos grupos. Na primeira reunião com todos os participantes, o processo de deliberação foi explicado.

Este processo, que ocorreu durante toda a manhã de 26 de Novembro, foi moderado por um investigador universitário que desempenhou uma dupla função: perito

² Standard Eurobarometer, no.83, 2015, Public Opinion in the European Union, p.20
http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb83/eb83_en.htm

e facilitador. Na qualidade de perito, cada um dos moderadores fez uma breve apresentação sobre o eixo de discussão atribuído ao seu grupo no início da deliberação, utilizando para o efeito gráficos e tabelas, por forma a apresentar indicadores relevantes. Essa apresentação foi eminentemente descritiva e neutra, apresentando o ponto da situação em cada um dos eixos de discussão, a saber, a situação económica, o emprego, o Estado-providência, e a cidadania num mundo global. Para mais informação sobre a forma como esta contextualização foi feita, veja-se abaixo a descrição detalhada do trabalho realizado em cada um dos grupos. Depois dessa contextualização, o grupo iniciou a deliberação sobre as questões relevantes. O moderador assumiu então um papel de facilitador, assegurando a participação de todos, e promovendo o debate clarificador de questões.

À medida que o debate foi amadurecendo, foram sendo elencadas preocupações e questões, e depois formuladas perguntas que as traduzissem, para colocá-las ao Primeiro-ministro. Na parte final do processo, foram seleccionadas quatro perguntas (3 efectivas e uma suplente) e escolhidos os participantes que iriam colocá-las ao Primeiro-ministro. Todas as perguntas foram escolhidas por maioria.

No seguimento dos trabalhos dos grupos, houve uma reunião final com todos os participantes, em que um representante de cada grupo fez uma breve apresentação em que resumia os temas discutidos e as perguntas definidas. De seguida, houve um debate geral sobre a qualidade das perguntas, e sobre se valia a pena adicionar outras que não tinham sido incluídas, tendo sido identificadas mais algumas questões. Para finalizar, os participantes escolhidos pelos grupos para fazerem as perguntas ensaiaram a sua intervenção, e todos receberam informação sobre o evento que se iria seguir daí a momentos. Terminados os trabalhos, tinham sido elaboradas 16 perguntas a colocar ao Primeiro-ministro (ver a ordenação final das perguntas no ponto 5).

4. Descrição do Trabalho dos Grupos de Deliberação

Eixo de Discussão A: “A Situação Económica”

O grupo de deliberação dedicado ao tema “Situação Económica” foi composto por 14 pessoas (8 mulheres, 6 homens) provenientes de Lisboa, Coimbra, Braga, Porto, Setúbal, Vila Real. Em termos etários, as 14 pessoas distribuíam-se da seguinte forma: 18-24 anos (duas pessoas), 25-44 (quatro pessoas), 45-64 (cinco pessoas) e mais de 65 anos (três pessoas). Finalmente, em termos de classe, sete pessoas eram da Classe D, quatro da Classe C, duas da Classe B e uma da Classe A.

No início dos trabalhos do grupo de deliberação, cada um dos membros foi convidado a apresentar-se com nome e localidade de onde vinha. Seguiu-se uma introdução ao tema pelo moderador/facilitador que utilizou gráficos e estatísticas disponíveis no site PORDATA sobre as principais questões relacionadas com o tema e que foram explicados durante 10-15 minutos. Estes gráficos e estatísticas com dados longitudinais abrangendo pelo menos duas décadas permitiram, por via de uma leitura imediata e fácil, aos membros do *grupo de deliberação* verificarem a evolução de vários indicadores importantes da economia nacional com dados atualizados: crescimento do PIB, riqueza criada em Portugal, rendimentos, impostos, receita do Estado/despesas do Estado, dívida externa/dívida do sector público/empresas/privados, níveis de poupança, consumo público/privado, inflação, exportações/importações, financiamento das empresas, taxa de crescimento do volume de negócios das empresas por sectores e taxas de juro.

Depois foi dada a palavra a cada dos membros do grupo para identificarem dentro do tema “situação económica” quais as questões que consideravam mais importantes e que pudessem levar a possíveis perguntas a fazer ao Primeiro-Ministro. O moderador/facilitador procurou evitar qualquer comentário/opinião pessoal e limitou-se apenas a gerir a discussão, dando a palavra a cada um dos membros do grupo, estimulando a participação e apelando à sua cidadania e a aproveitarem a oportunidade para pôr à prova o trabalho do Primeiro-Ministro e do seu governo, que têm como função servir o país. A participação na identificação e discussão de temas foi energética e praticamente todos contribuíram para a construção de um primeiro conjunto de perguntas. Por vezes, as questões levantadas eram laterais ao tema, como uma sobre o

funcionamento interno das escolas, o pagamento do rendimento social de inserção “aos ciganos que não gostam de trabalhar” ou sobre o exame Harrison exigido aos jovens médicos. Os temas que geraram maior debate entre os participantes foram:

- o emprego (que não fazia parte directamente desta sessão) dos mais jovens com duas mães a contarem a história dos seus filhos e filhas que tiveram de emigrar para o Reino Unido e Rússia e onde têm melhores condições salariais;
- a quantidade de impostos sobre as empresas e a forma como afetam a capacidade das micro e pequenas empresas de pagar salários – uma das participantes falou do seu negócio e como os impostos afectam a sua capacidade financeira de responder à competição cada vez maior no seu sector (alimentar) na zona onde exerce a sua actividade, afirmando que por várias vezes tinha pensado “fechar as portas”;
- o apoio ao comércio local – vários participantes mencionaram como este estava a morrer, principalmente nas cidades, pela dificuldade em concorrer com grandes marcas;
- a qualidade dos serviços públicos essenciais como a saúde e a educação – vários participantes falaram dos problemas financeiros que têm vindo a afectar a qualidade dos serviços na saúde e da falta de pessoal auxiliar nas escolas.

No decurso da identificação dos temas e discussão, foram formuladas e escritas no flipchart 17 possíveis perguntas:

- 1) Como é que o governo está a pensar pagar a dívida do país?
- 2) Como é que pode haver crescimento se os jovens têm que emigrar para terem emprego?
- 3) Como é que os bancos podem aumentar o acesso ao crédito à habitação?
- 4) Como baixar a despesa pública sem afetar os serviços fundamentais como a saúde, educação, etc?
- 5) Como facilitar a regulação das dívidas dependendo dos rendimentos disponíveis?
- 6) Porque fecham tantas empresas?
- 7) Que medidas para criar novos postos de emprego?
- 8) Porque é que a população portuguesa tem de pagar as dívidas dos bancos?
- 9) Como é que pode haver poupanças com taxas de juro tão baixas?
- 10) Que incentivos para a indústria, agricultura, pesca para exportações?
- 11) Porquê tantos impostos?
- 12) Porquê uma taxa de retenção elevada nos recibos verdes?

- 13) Qual é a estratégia industrial do governo?
- 14) Qual o compromisso parlamentar para que haja estabilidade legislativa e fiscal para que as empresas saibam com o que podem contar?
- 15) Como apoiar o comércio local?
- 16) Como é que o governo vai apoiar o desenvolvimento local? Que competências tenciona transferir para os municípios para o desenvolvimento local?
- 17) Como pensa combater a economia paralela? Por exemplo quem foge ao fisco, que não paga os impostos?

Trinta minutos antes do encerramento dos trabalhos do *grupo de deliberação*, as perguntas foram expostas na parede da sala, visíveis a tod@s para que fossem selecionadas, de forma consensual, as 4 mais relevantes, de forma a serem reescritas. As 4 perguntas finais acabaram por ser:

- 1) Porque é que os contribuintes portugueses têm de pagar as dívidas da banca?
- 2) Como é que o governo tenciona reduzir a despesa pública sem afetar serviços fundamentais como a saúde e a educação?
- 3) Cada vez temos menos indústria. Qual é a estratégia industrial do governo?
- 4) Os municípios desempenham um papel importante no desenvolvimento local. De que forma é que o governo tenciona transferir competências para os municípios desempenharem essa função? Quais e como?

Em conclusão, a possibilidade de participarem numa iniciativa deste género foi muito bem recebida e uma primeira leitura permite verificar que (talvez) os cidadãos e as cidadãs estejam “ávidos” de oportunidades como estas, de falarem directamente com quem toma decisões que afetam as suas vidas diariamente. No entanto, questões centrais neste eixo de discussão e que têm dominado a discussão mediática, principalmente a dimensão da dívida pública ou da falta de um crescimento económico robusto, não dominaram a discussão no grupo. Os participantes mostraram maior vontade de discutir, como indicado acima, questões como a criação de emprego para jovens, qualidade dos serviços de saúde e educação públicas ou o impacto dos impostos nos rendimentos dos contribuintes individuais e empresariais.

Eixo de Discussão B: O Emprego

Emprego, desemprego e precariedade estão entre os temas que mais preocupam os portugueses. Este *grupo de deliberação* baseou-se nas preocupações e experiências individuais dos participantes para elaborar questões com representatividade e interesse coletivo.

Fizeram parte deste grupo quinze pessoas, das quais oito mulheres e sete homens com idades compreendidas entre os 24 e os 75 anos (sendo a média de idades 48 anos). Os participantes eram provenientes dos mais variados pontos do país, especialmente da grande Lisboa (Santarém - 1; Porto - 1; Lisboa - 9; Évora - 1; Faro - 1; Coimbra -1; Castelo Branco - 1) e pertenciam a diferentes classes sociais (sendo que mais de 60% pertenciam às classes D e C).

Antes de dar início ao debate, o moderador apresentou-se e pediu a cada um dos participantes para indicar o seu nome e a zona do país da qual eram provenientes. De seguida, o moderador enquadrou os participantes quanto ao seu papel. Por um lado, o de fornecer uma descrição sucinta e fatural de indicadores de emprego e, por outro lado, o de facilitar e de mediar o diálogo, garantindo que todos teriam a possibilidade de expressar a sua opinião. Finalmente, recordou que no final do debate teriam que ser definidas três questões principais e uma suplente, a serem colocadas ao Primeiro-ministro, cabendo sempre ao grupo a palavra final sobre quais seriam essas questões e sobre como deveriam ser formuladas.

Para contextualizar o debate, o moderador efetuou uma breve síntese (de cerca de 5-10 minutos) de alguns indicadores de emprego e desemprego com base em estatísticas oficiais. Incluiu-se nesta exposição informação sobre:

- Taxa de desemprego: total e por sexo (%)
- Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)
- Beneficiários das prestações de desemprego da segurança social no total de beneficiários ativos (%)
- Proporção dos beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social no total de beneficiários ativos,
- Proporção dos beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social por grupo etário, e
- Evolução do salário mínimo nacional.

Ainda no âmbito desta contextualização, foram referidos aspetos sobre formação, precariedade e desemprego jovem.

Na fase de debate, os participantes começaram por discutir a questão do desemprego de longa duração, especialmente entre as pessoas com mais de 45 anos (“quais são as opções para as pessoas com mais de 45 anos?”). Alguns participantes mencionaram que os incentivos dados às empresas apenas potenciam a contratação dos jovens e não a dos mais velhos, que são os que têm mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Um segundo tema muito debatido tem a ver com a formação profissional (nomeadamente os CEIs); com a sua ineficácia e fraca atratividade quer para os desempregados ou participantes quer para as empresas (alguns participantes referiram que os desempregados só fazem os cursos do IIEFP “por causa do dinheiro” e que não têm interesse genuíno na oferta que lhes é proposta e que “as pessoas só frequentam a formação pelo subsídio”). Discutiu-se também a formação universitária existente e o facto de ela não ser adequada ao mercado de trabalho, havendo muitos jovens desempregados por esse motivo. Um participante referiu que os jovens, sobretudo na área da medicina, não têm qualquer incentivo para trabalhar nos distritos do interior e que “preferem ir para fora do país”. Uma das propostas feitas no âmbito deste tema foi a elaboração de um programa de “empregabilidade para a vida” com interligação entre conhecimento teórico e vertente prática, para tornar a formação escolar mais adequada ao mercado de trabalho.

Um terceiro conjunto de questões era relativo à falta de fiscalização por parte do Estado. Os participantes relataram episódios de falsos recibos verdes, de empresas que pedem aos trabalhadores para “arranjarem recibos e faturas” para poderem receber o seu ordenado. Um participante referiu trabalhar há mais de dois anos numa empresa de *call center* sendo que os seus contratos são quinzenais. “Não há fiscalização! A ACT não funciona!” Em muitos casos, as pessoas não denunciam estas irregularidades porque temem ser despedidas. Ainda sobre estes temas discutiu-se o problema do trabalho sazonal e dos horários alargados de trabalho. Uma das questões que se colocou foi: “porque foram aprovadas as 35 horas apenas para o sector público?”.

Finalmente, a ausência de (ou fraco apoio da) segurança social em situações de acidente de trabalho e de assistência à família suscitou um conjunto de outras questões. Sobre a primeira problemática referiu-se que, em alguns casos, a atual lei deixa o

trabalhador desprotegido até que exista uma deliberação por parte das seguradoras, e sobre a segunda referiu-se o fato de que quando se dá assistência à família têm-se “a falta justificada, mas não se recebe remuneração”. Na mesma linha, deram-se exemplos sobre as ausências do trabalho para reuniões escolares.

Temas não diretamente relacionados com a questão do emprego, mas que ainda assim foram muito mencionados, foram a necessidade de haver educação para a cidadania nas escolas, as licenças de maternidade e de paternidade e a resolução da situação dos acionistas do BANIF.

No rescaldo do debate, o moderador resumizou os principais temas discutidos e deu início à fase de formulação das perguntas. De um modo geral, os participantes concordaram que as principais questões tinham a ver com o desemprego entre a população com mais de 40 anos, os falsos recibos verdes, a formação profissional e, finalmente, a desigualdade entre público e privado. Após um curto debate, as questões finais formuladas foram as seguintes:

1. Que soluções podemos esperar do governo para fiscalizar e resolver a situação dos falsos recibos verdes e precariedade no geral?
2. Que medidas podem ser adotadas para solucionar o desemprego na população acima dos 40 anos de forma efetiva?
3. De que forma pensa o governo implementar políticas que permitam uma melhor adequação entre formação e saídas profissionais?
4. Que razões levaram o governo a optar pelas 35 horas na função pública?

Os participantes decidiram que as primeiras três questões seriam efetivas, enquanto a quarta seria a questão suplente, e elegeram os representantes do grupo que iriam formular diretamente as questões ao Primeiro-ministro. Nesta fase, o moderador apenas deu indicações no sentido de que a escolha (a) das questões fosse consensual e (b) dos representantes refletisse a diversidade sociodemográfica do grupo.

Neste processo deliberativo algumas das questões que surgiram durante a fase de debate foram deixadas de fora. Os participantes hesitaram sobretudo se deveriam ter incluído questões relativas à fiscalização, uma vez que reconheciam que a ACT estava longe de cumprir o seu papel de fiscalização. O desemprego jovem também foi um tópico discutido mas que acabou por não se concretizar numa questão específica, tendo sido antes enquadrada no âmbito da questão da adequação da formação universitária ao mercado de trabalho. Os temas relacionados com as pensões sociais, as licenças de

maternidade e de paternidade e os acionistas do BANIF foram repescados por alguns participantes, mas o grupo acabou por considerar que essas seriam questões a serem tratadas pelos grupos de deliberação “A Situação Económica” e “O Estado-Providência”.

Esta fase de decisão foi concluída com a leitura em voz alta de todas as questões escolhidas pelo grupo. O moderador perguntou mais uma vez aos participantes se estavam satisfeitos com as questões seleccionadas e, com a sua concordância, deu por finda a sessão.

Em jeito de síntese importa salientar que o ambiente de discussão foi muito rico, os participantes relataram experiências específicas relativas à sua situação laboral e foi com base nelas que formularam as questões a colocar ao Primeiro-ministro. Em momentos pontuais chegaram inclusive a apresentar propostas sobre o que achavam que “deveria ser feito” (por exemplo apoiar a inserção dos mais velhos no mercado de trabalho, criar cursos de cidadania e criar incentivos à fixação dos médicos no interior do país). De resto, fica também a nota relativa ao entusiasmo expresso pelos participantes pela oportunidade de poder colocar as questões que os preocupam ao Primeiro-ministro e elenco governamental.

Eixo de Discussão C: O Estado- Providência

Seguindo a metodologia definida e que foi apresentada a todos os cidadãos participantes. Seguindo definição da amostra representativa da população, este grupo de deliberação foi composto por 8 mulheres e 7 homens. As idades variaram entre: 36, 41, 44, 45, 51, 62, 67 para as Mulheres e 21, 34, 38, 40, 53, 54 e 70 no caso dos homens, provenientes dos distritos de Lisboa (3), , Braga (3), Évora (2) Setúbal (2), Coimbra, Porto, Santarém Vila Real e Viseu. Em termos de classe social 8 pessoas eram da Classe D, 3 da Classe C, 2 da Classe B e 2 da Classe A.

Em primeiro lugar, foi feita uma apresentação do grupo (nome e local de residência apenas, embora todos tenham começado por dizer a idade) seguida de uma breve introdução ao tema (cerca de 5 minutos). Foi explicado de forma tão simples quanto possível que os Estados modernos têm funções sociais em três áreas comuns – Educação, Segurança Social e Saúde, que na realidade Europeia (sobretudo mas não só) estes sistemas são públicos, financiados por impostos e contribuições específicas e que o seu grande desenvolvimento permitiu níveis de bem-estar nunca antes alcançados pela

humanidade (ex. enorme aumento da Esperança Média de Vida a par da redução da pobreza em termos absolutos) mas que por força desses mesmos progressos, o financiamento das despesas com esses serviços públicos fundamentais trouxe novos desafios para os Estados não só em termos de sustentabilidade do seu financiamento mas também ao nível da complexidade dos processos institucionais no sentido de procurar uma gestão eficiente dos recursos e maximização dos resultados ao nível do bem-estar dos cidadãos. Como indicador, foram referidas apenas as rubricas de despesa social pública (transferências do orçamento do Estado) para estes três sistemas.

De seguida o grupo iniciou o processo de deliberação. A primeira intervenção foi logo sobre a Saúde (com alguma surpresa do moderador, pois esperava que o tema das pensões predominasse na discussão). Eis uma síntese: “ melhor atendimento humano” (Hospital da Amadora); má qualidade dos espaços, visível na “exiguidade das salas de urgências mesmo em hospitais novos“ (Almada); necessidade de um Hospital no Seixal; contra ponto com elogios ao atendimento nalguns hospitais (Vila Nova de Gaia) e consultas externas (Braga), embora neste último caso com queixas também no serviço de urgências; dificuldades na realização de exames “um de cada vez e não todos de uma vez” e conseqüente acréscimo de despesa por via das taxas moderadoras “porque implica mais idas ao médico”; queixas por perda de isenção total dos doentes crónicos nas taxas moderadoras; necessidade de incluir especialidades de psicologia nos centros de saúde, “porque as pessoas idosas precisam muito e a minha filha tirou o curso e não arranja emprego, tanta gente que precisa... não era para mim, era para todos”; queixa pessoal sobre limitações decorrentes de uma “operação à coluna que veio ser feita a Lisboa”; considerações sobre a “absoluta ruptura do sistema” e elogio aos “seguros privados porque lá todos os exames se fazem na hora”; queixas relativas a medicamentos específicos em falta no meio hospitalar (“o meu filho teve que esperar quase 3 meses por um medicamento porque no hospital o aprovisionamento anual já tinha sido esgotado”; reclamações sobre erros na triagem e conseqüentes tempos de espera inadequados; críticas ao facto de nos hospitais existirem enfermeiros funcionários públicos e outros subcontratados a empresas prestadoras de serviços, por ser injusto; ao facto de os médicos acumularem funções no público e privado e assim, segundo algumas experiências pessoais, alguns alegadamente “empurrarem” utentes do SNS para serviços privados.

Sobre a sustentabilidade do financiamento do sistema, agravada pelo aumento da esperança média de vida, foi apontada como solução “incentivos para que as pessoas tivessem filhos”, embora logo de seguida tenham sido reconhecidos problemas decorrentes dos atrasos no pagamento do abono pré natal e selectividade ao invés de universalidade do abono de família – “ eu (mãe) ganho 630 euros, o meu marido também, temos dois filhos, e o abono foi-nos cortado”; depois foi igualmente referida a necessidade de fazer uma gestão mais eficiente de todos os recursos necessários à prestação de cuidados de saúde, incluindo a necessidade de melhorar a rede de consultas e meios de diagnóstico nos centros de saúde, para evitar idas desnecessárias ao Hospital.

Relativamente à Educação, na continuidade da discussão sobre a Saúde, o mais jovem do grupo referiu “não entender como pode haver falta de médicos e depois não haver vagas nos cursos de medicina, ou como é que os profissionais da saúde que fazem o curso pago pelo Estado depois vão trabalhar para fora”.

Este exercício de discussão ocupou cerca de uma hora. O processo de sistematização/agrupamento das intervenções por temas levou cerca de trinta minutos e acabou por suscitar a preocupação com o desemprego (duas das pessoas, pelo menos, assumiram estar nessa condição, tendo 51 e 53 anos) por isso surgido a questão dos descontos para a segurança social, por eles direccionada para os mais jovens e mais velhos. Finalmente também na Educação, a pessoa que aceitou fazer a pergunta, sendo professora, sugeriu incluir uma referencia à necessidade de mudar o paradigma do ensino.

Findo o processo de deliberação, as questões seleccionadas foram as seguintes:

1. Saúde – Tendo em conta as insuficiências conhecidas (tendo presente os exemplos já referidos...) o que está a fazer o Governo para melhorar a qualidade do nosso SNS?
2. Segurança Social – com as exigências crescentes ao nível das contribuições para as pensões (40 anos de descontos) tendo presente o aumento do desemprego e os jovens que cada vez mais tarde iniciam as suas carreiras como é que esta situação está a ser acautelada?
3. Educação: considerando que o paradigma do nosso sistema de ensino é o mesmo há mais de 40 anos e o paradoxo de os melhores profissionais (por exemplo, médicos e enfermeiros) estarem a emigrar assim que acabam os curso o que pensa o Governo fazer para inverter esta situação?

4. Natalidade: “ Sou mãe de dois filhos, gostaria de ter mais, mas sinto que não tenho apoios por parte do Estado. Por exemplo, até me cortaram o Abono de Família! No Programa do Governo está prevista a criação de uma prestação (crédito fiscal) para garantir que famílias de trabalhadores com filhos não tenham um rendimento abaixo do limiar de pobreza, como e quando é que será implementada uma medida como esta? “

Em síntese, valeria a pena destacar dois fenómenos que sobressaíram neste grupo de deliberação. Em primeiro lugar, foi notória a enorme necessidade que as pessoas sentem de apresentar as suas queixas/opiniões, tendo sido de certa forma surpreendente o à-vontade demonstrado por quase todos (atendendo à heterogeneidade do grupo determinada pela amostra) para entrarem em discussão, mesmo que muitas vezes discordando. Todavia foi muito fácil o processo de selecção dos 4 intervenientes que colocariam as perguntas ao Primeiro-ministro, bem como a selecção das perguntas, já que a maioria se pronunciou de imediato a favor de uma questão por cada tema.

Um outro aspecto prendeu-se com a constatação de que, para mais de metade do grupo, não existem questões a colocar ao Primeiro-Ministro que não sejam as suas queixas pessoais, e que mesmo para aqueles que tendem a ter uma perspectiva mais abrangente dos assuntos, as suas opiniões (parecem) tender a ser alicerçadas primeiramente na experiência pessoal. Sem ter base para científica para o afirmar, diria que pela amostra presente, como que seria levado a crer que qualquer dos presentes que tenha tido uma má experiência no SNS não o conseguiria defender por oposição a uma alternativa qualquer, da mesma forma que quem elogiou os prestadores de cuidados privados dificilmente tomaria uma posição contrária aos mesmos, ainda que hipoteticamente estivessem em causa falhas de equidade no acesso dos utentes a certos tratamentos ou uma alocação menos eficiente de recursos.

Dito de outra forma, quase que poderia dizer que as “avaliações” tendem a ser mais pessoais do que políticas, pois como dizia um dos participantes “não mudou nada, está sempre tudo na mesma... não se esqueça de perguntar pelos Psicólogos nos Centros de Saúde... a minha filha estudou psicologia e...”

Eixo de Discussão D: A Cidadania num mundo global

Participaram neste *grupo de deliberação* 14 cidadãos com idades entre os 18 e os 78 anos (média de idades = 49 anos), dos quais 8 eram mulheres. Cerca de um terço dos participantes (5) era proveniente do distrito de Lisboa, enquanto que 3 residem nos distritos de Braga e Porto, 2 no sul do país (Évora e Faro), 2 no litoral centro (Setúbal e Leiria) e 2 no interior (Castelo Branco e Viseu). Metade dos envolvidos na discussão pertence à classe social D, sendo os restantes distribuídos de forma bastante equitativa pelas classes A, B e C. De salientar que o grupo era composto por um elemento de origem étnica minoritária na sociedade portuguesa.

Os trabalhos começaram com a apresentação sucinta dos membros do grupo, que foram convidados a dizer o seu nome e de onde vinham, seguindo o exemplo do facilitador. Em seguida, o facilitador fez uma breve intervenção em que apresentou alguns dos principais tópicos que, se os participantes assim o desejassem, poderiam orientar a discussão que se seguiria, bem como alguns dados concretos relativos aos mesmos e propostas do programa do governo no sentido de lidar com eles. Os tópicos foram, na sub-área da cidadania e participação política em Portugal: o interesse dos portugueses pela política e o seu grau de confiança nas instituições políticas em perspectiva longitudinal; a variação nas taxas de abstenção em eleições legislativas, presidenciais e europeias; os hábitos de participação política não convencional, tais como ir a manifestações ou assinar petições; as percepções relativas à corrupção do sistema político português; e a presença das mulheres na esfera política, nomeadamente no parlamento. Na sub-área relativa a Portugal e a esfera global, foram abordados tópicos e dados relativos à confiança dos portugueses nas instituições europeias, à relação de Portugal com outros países atingidos pela crise das dívidas soberanas, ao Brexit e a possibilidade de saída de outros países da UE, à crise dos refugiados e ao crescimento eleitoral de partidos políticos populistas/nacionalistas.

Depois de um curto processo de deliberação, o grupo decidiu começar por debater a temática da abstenção. Os participantes começam por dizer que às vezes votar pode ser difícil, porque o local de voto fica distante e/ou é pouco acessível, ou que às vezes o tempo está bom e as pessoas preferem fazer outra coisa, e que por isso devia haver voto electrónico e um acesso mais amplo ao voto antecipado. Um participante do Interior que se desloca frequentemente para outras zonas do país lamenta não ser possível votar em qualquer mesa de voto, mas apenas nas da zona de residência que consta no Cartão de Cidadão, facto que já o impediu de votar. Outro participante acredita que o voto deveria

ser obrigatório, como noutros países. O grupo discute até que ponto seria bom para o país que as pessoas votassem de forma obrigada (ao calhas, em branco) e, na eventualidade de tal obrigatoriedade vir a ser implementada, se se deveriam estipular penalidades ou incentivos (uma pequena soma em dinheiro; benefícios em sede de IRS).

Dois dos participantes mais idosos expressaram preocupação pelo facto de os filhos e os netos nunca votarem, relatando excertos de conversas em que os tentaram convencer a fazê-lo, sem sucesso. Os argumentos apresentados pelos parentes destes participantes serviram de mote à discussão que se seguiu: o facto de "não se saber em quem se está a votar, porque eles é que decidem quem lá metem", o facto de "eles serem todos uns ladrões" ou o facto de "não interessa em quem se vota, que eles fazem sempre mesmo: o que lhes interessa e os beneficia". Em primeiro lugar, diz-se no grupo que se vota e muitas vezes não se sabe muito bem em quem, porque se vota "no punho" ou no nome do partido e basta. Um participante proveniente de um círculo eleitoral de baixa magnitude lamenta-se de que muitos dos votos são ali desperdiçados, em particular os que não são depositados nos dois maiores partidos, o que acaba por desmotivar os residentes naquele distrito para a participação nas eleições seguintes. Por outro lado - e este tópico ocupa muito do tempo da discussão - diz-se que os políticos vão para a política para enriquecer e fazer negociatas, para roubar e acumular, e que não lhes interessa o bem-estar das pessoas. Um participante afirma que sempre defendeu que os políticos deveriam ganhar mais, para resistirem mais facilmente à tentação de serem corrompidos com dinheiro. Como resolver isto? Várias opções são discutidas: novos partidos (mas pergunta-se: quem é que os vai criar?), "tirar de lá quem lá está e colocar outros" (mas pergunta-se: e essas novas pessoas seriam diferentes porquê?), punições mais fortes para quem prevarica (alguns participantes queixam-se de que não veemquem comete ilegalidades ser punido, às vezes basta demitir-se, e gostariam que quem "rouba" fosse punido da mesma maneira que eles seriam se o fizessem).

Um terceiro tópico de discussão associado à abstenção tem a ver com o papel da escola e, nomeadamente, de uma unidade curricular denominada Educação para a Cidadania. A participante mais jovem lamenta que esta disciplina surja nos currículos tão cedo e que seja extremamente superficial. Os restantes cidadãos concordam que seria bom que a disciplina fosse leccionada mais perto da fase final da escolaridade obrigatória e que integrasse uma sólida componente cívica e política: impostos e segurança social, mas também como funciona o sistema político, as funções do parlamento, que partidos existem e o que defendem, etc. Afinal de contas, afirmam dois

participantes, muitos dos seus conhecidos não votam por falta de informação. Um dos participantes expressa, contudo, a preocupação de que a disciplina acabasse por ser utilizada como fórum de propaganda política.

Extinto o assunto da abstenção, uma participante sugere que se aborde o assunto da ascensão do populismo e do nacionalismo na Europa. Começa-se por dizer que as pessoas que votam neste tipo de partidos lá terão as suas razões, e que se calhar fazem-no porque os outros partidos não lhes resolvem os problemas. A discussão volta, assim, a centrar-se nos partidos políticos e na qualidade da representação e governação, ou falta dela.

Chegado o momento de preparar as perguntas a fazer ao primeiro-ministro, o primeiro assunto a suscitar o desejo de pergunta é a abstenção. Uma primeira formulação ("Porque é que as pessoas não votam?"), sendo mais destinada a provocar uma discussão da natureza do fenómeno que a confrontar o primeiro-ministro com o trabalho feito e a fazer, é substituída pela versão: "O que é que o seu governo fez e vai fazer para baixar as taxas de abstenção?". O participante mais idoso do grupo pede para ser ele a fazer a pergunta, visto ser um tema que o interessa muito. Em seguida, é proposta uma pergunta sobre Portugal e a Europa. Discute-se o facto de Portugal ser pequeno e não ter qualquer capacidade de persuasão ou influência na União Europeia. Em seguida, surge uma pergunta: "O que é que o seu governo tem feito para aumentar o poder de Portugal na Europa?". Não sendo consensual, esta pergunta acaba por ser substituída por outra: "O que é que o seu governo tem feito para a criação de um eixo com os outros países afectados pela crise no sentido de aumentar o seu poder na Europa?". Por sua vez, esta pergunta acabaria por ser substituída por outra, relativa ao Brexit e ao risco de desmembramento da União Europeia, tema visto como mais preocupante e em relação ao qual os participantes tinham mais curiosidade em ouvir António Costa. Após algum debate, a formulação final da pergunta é: "Na sequência do Brexit e da possibilidade de outros países saírem da União Europeia, o que é que o seu governo tem feito e fará para minimizar o impacto destes eventos em Portugal?". Na preparação da terceira pergunta, o tópico mais popular entre os participantes é o da transparência dos políticos, algo que consideram como essencial para a confiança e em falta no contexto português. A pergunta final é: "O que é que o seu governo tem feito para aumentar a transparência do sistema político, visto que a nebulosidade que existe gera desconfiança nos portugueses?". Uma quarta pergunta focou a imagem de Portugal no mundo e decorreu de uma discussão sobre o momento favorável que Portugal parece

estar a atravessar (aumento do interesse turístico, vitória do Euro, eleição de Guterres na ONU) e até que ponto é que isso pode ser usado em seu benefício. Após serem expressadas algumas reticências sobre a inclusão na pergunta de referências a eventos específicos, o grupo optou por uma pergunta mais genérica: "O que é que o seu governo tem feito para melhorar a imagem de Portugal e dos portugueses no Mundo?".

5. Elenco das Perguntas Colocadas ao Primeiro-ministro no Final do Primeiro Ano de Governação.

- 1) Porque é que os contribuintes portugueses têm de pagar as dívidas da banca?
- 2) "Na sequência do Brexit e da possibilidade de outros países saírem da União Europeia, o que é que o seu governo tem feito e fará para minimizar o impacto destes eventos em Portugal?"
- 3) Que soluções é que o governo apresentou no último ano para fiscalizar e resolver a situação dos falsos recibos verdes e precariedade no geral?
- 4) Com as exigências crescentes ao nível das contribuições para as pensões (40 anos de descontos) tendo presente o aumento do desemprego e os jovens que cada vez mais tarde iniciam as suas carreiras como é que esta situação está a ser acautelada?
- 5) De que forma o governo implementou no último ano e políticas que permitam uma melhor adequação entre formação e saídas profissionais?
- 6) Tendo em conta as insuficiências conhecidas (tendo presente os exemplos já referidos...) o que está a fazer o Governo para melhorar a qualidade do nosso SNS?
- 7) Como é que o governo tenciona reduzir a despesa pública sem afetar serviços fundamentais como a saúde e a educação?
- 8) "O que é que o seu governo tem feito para aumentar a transparência do sistema político, visto que a nebulosidade que existe gera desconfiança nos portugueses?"
- 9) Cada vez temos menos indústria. Qual é a estratégia industrial do governo?
- 10) Considerando que o paradigma do nosso sistema de ensino é o mesmo há mais de 40 anos e o paradoxo de os melhores profissionais (por ex. médicos e enfermeiros) estarem a emigrar assim que acabam os curso o que pensa o Governo fazer para inverter esta situação?
- 11) Que medidas podem ser adotadas para solucionar o desemprego na população acima dos 40 anos de forma efetiva?
- 12) "O que é que o seu governo fez e vai fazer para baixar as taxas de abstenção?"

- 13) Os municípios desempenham um papel importante no desenvolvimento local.
De que forma é que o governo tenciona transferir competências para os municípios desempenharem essa função? Quais e como?
- 14) “ Sou mãe de dois filhos, gostaria de ter mais, mas sinto que não tenho apoios por parte do Estado. Por exemplo até me cortaram o Abono de Família! No Programa do Governo está prevista a criação de uma prestação (crédito fiscal) para garantir que famílias de trabalhadores com filhos não tenham um rendimento abaixo do limiar de pobreza, como e quando é que será implementada uma medida como esta? “
- 15) Que razões levaram o governo a optar pelas 35 horas na função pública?
- 16) "O que é que o seu governo tem feito para melhorar a imagem de Portugal e dos portugueses no Mundo?".

6. Conclusões

O presente relatório dá conta da elaboração da Consulta aos Cidadãos que foi realizada aquando do cumprimento do primeiro ano de mandato do XXI governo constitucional. Este foi um exercício inédito, que pretendeu auscultar os cidadãos portugueses sobre o primeiro ano de governo, dando-lhes uma oportunidade de colocar questões ao Primeiro-ministro, bem como aos restantes membros do governo. Este foi um exercício de responsabilização do poder político, um contributo para um debate público em que cidadãos puderam questionar directamente os governantes sobre os problemas que mais lhes interessam.

Para esse efeito foi reunida uma amostra de 59 portugueses que, no seu conjunto são tendencialmente representativos da população portuguesa do ponto de vista sócio-demográfico de acordo com os seguintes critérios: género, idade, local de residência e classe social. Seguindo dados recolhidos regularmente pelo Eurobarómetro foram identificados 4 eixos de discussão para orientar os grupos de deliberação, nomeadamente a situação económica, o emprego, o estado-providência e a cidadania num mundo global. No seguimento de um processo de deliberação os cidadãos seleccionaram 16 perguntas (ver ponto 5 do relatório).

Os cidadãos participaram ativamente nos debates promovidos no interior dos quatro grupos estabelecidos. A eles coube decidir sobre as questões e os porta-vozes do grupo no encontro com PM e restante elenco governamental. Os moderadores não tiveram qualquer interferência no processo de decisão. De um modo geral as questões que mais preocuparam os cidadãos foram em primeiro lugar o funcionamento do mercado de trabalho. Em segundo lugar, passam pela relação com o Estado Providência, relação essa que tem duas vertentes: por um lado a forma e a qualidade dos serviços prestados, por outro o Estado enquanto empregador, que remete mais uma vez para a questão da situação laboral dos portugueses. Por sua vez, os temas da relação entre cidadãos e política também suscitaram um vivo debate, havendo uma crença generalizada de que o interesse dos políticos pelos cidadãos é baixo ou nulo. A imagem dos políticos também não se revela muito positiva, sendo a falta de confiança na política é notória. Discutir os temas económicos mais agregados da economia, como a dívida pública ou o crescimento económico, revelou-se mais difícil eventualmente por serem conceitos mais abstratos.

No momento do encontro entre o Primeiro-ministro e governo com os cidadãos, os Ministros que mais responderam a perguntas, além do Primeiro-ministro, foram os detentores das pastas sociais, nomeadamente o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministro da Educação. Do ponto de vista qualitativo, realçaríamos o seguinte: Os cidadãos estão sobretudo preocupados com o emprego; grande parte das questões relacionam-se com as funções sociais do estado; os cidadãos estão cépticos relativamente ao funcionamento do sistema político; O futuro têm a ver com a resposta a alguns destes desafios.

A Consulta aos Cidadãos, enquanto exercício de participação política para além do período eleitoral pode contribuir para tornar o sistema político mais transparente. Isto é importante num momento em que a confiança na democracia, e nas instituições que a sustentam têm vindo a diminuir sistematicamente. De facto, é fundamental que os políticos ouçam o que os cidadãos têm para lhes dizer. E é importante que se deixe de ver a relação com o eleitorado de uma forma episódica, que tem encontro marcado de quatro em quatro anos, em que cada vez mais cidadãos faltam ao encontro, para dar início a uma relação de permanente diálogo, através de diálogos como este, inédito, que foi organizado em Novembro de 2016.

7. Bibliografia

Cabral, Manuel Villaverde. "O exercício da cidadania política em Portugal." *Análise Social* (2000): 85-113.

Comissão Europeia, (2015), *Standard Eurobarometer*, EB83, Public Opinion in the European Union, Bruxelas: CE.

Comissão Europeia, (2015), *Standard Eurobarometer*, EB84, First Results, Bruxelas: CE.

Freire, André, Marina Costa Lobo, and Pedro Magalhães. (2007) "Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses: Eleições e Cultura Política." *Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais*.

Lobo, Marina Costa. (2013) "Portugal e a Europa: novas cidadanias.", Lisboa: FFMS.